

VOZES DA OPOSIÇÃO: DITADURA E TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

Marieta de Moraes Ferreira

O regime militar inaugurado em 1964 constituiu um momento importante da história política brasileira contemporânea, em que severos limites foram impostos à participação política dos cidadãos. A despeito de todas as restrições, as lutas de resistência estiveram presentes e atravessaram os chamados anos de chumbo da ditadura (1964 -1974) e o período de transição que conduziu o país de volta à democracia e a uma nova Constituição (1974-1988). Os que participaram dessas lutas, e a elas sobreviveram, nem sempre tiveram o mesmo destino: enquanto alguns foram beneficiados pela vitória do movimento de redemocratização, outros caíram no esquecimento.

O objetivo deste trabalho é compreender os mecanismos de construção de uma memória da esquerda no Brasil, de maneira a recuperar aspectos esquecidos e reavaliar os elementos preservados. A estratégia adotada para empreender tal tarefa foi focalizar, através da memória, algumas trajetórias de indivíduos que participaram no Rio de Janeiro do movimento de oposição ao regime militar. Meu interesse não era trabalhar com militantes de organizações clandestinas que se engajaram na luta armada, já estudados em outros trabalhos, e sim recuperar o percurso de indivíduos que tiveram atuação política em espaços institucionalizados. Ouvi, assim, sete depoentes que me permitiram captar diferentes ângulos da luta política e diferentes visões do processo em curso. Alguns tiveram atuação parlamentar, outros estiveram à frente de entidades representativas do movimento social, outros, ainda, foram responsáveis pelas articulações entre a vida partidária legal e as organizações clandestinas. Um traço, contudo, os unia: a partir da concretização do processo de abertura política e do restabelecimento das regras eleitorais democráticas, eles não conseguiram garantir seus espaços políticos e foram em sua grande maioria derrotados nos diferentes pleitos que disputaram. Essa perda de espaço se tornou mais visível a partir da eleição de 1982, que contou com a participação de ex-exilados retornados ao país graças à anistia, e

que funcionou como um divisor de águas no quadro político-eleitoral do Rio de Janeiro e do Brasil.

Esses indivíduos, com suas trajetórias diferenciadas, representaram importantes vozes de oposição ao regime e concentraram sua atuação especialmente no período compreendido entre 1970, quando se realizou a primeira eleição após a decretação do Ato Institucional nº 5, que trouxe fortes restrições ao processo eleitoral, e 1985, quando pela primeira vez foi eleito pelo voto direto o prefeito do Rio de Janeiro, Saturnino Braga, e pelo voto indireto foi escolhido o primeiro candidato civil à Presidência da República desde 1960, Tancredo Neves.

A OPOSIÇÃO: CENÁRIOS E ATORES

Para que se possa compreender o cenário em que se movimentaram os atores cujos depoimentos iremos examinar, seria interessante lembrar alguns fatos ligados ao quadro político-institucional da época.

Ao contrário do que aconteceu em outras ocasiões no Brasil, ou em outros países, o golpe de Estado que instituiu o regime autoritário em 1964 não dissolveu o Congresso. Contudo, em 1965 foram extintos todos os partidos políticos existentes e criados apenas dois: a Arena, de apoio ao governo, e o MDB, de oposição. Para os mais radicais, essa oposição consentida era apenas um simulacro de oposição: o MDB era “o partido do sim”, e a Arena, “o partido do sim, senhor”. Esse desprezo inicial pelo MDB não o impediu de abrigar ele próprio uma ala radical, conhecida como “autêntica”, e de se articular com organizações de esquerda clandestinas. Mas o partido abrigava também alas mais moderadas, ou mesmo “dóceis” frente ao regime militar, o que sempre gerou tensões internas.

Em 1979, já após a concessão da anistia, uma reformulação partidária reintroduziu no país o pluripartidarismo, e a oposição se fragmentou: ao lado do agora PMDB, surgiram o Partido dos Trabalhadores, o PT, resultante do movimento sindical de São Paulo, e o PDT, herdeiro do antigo Partido Trabalhista Brasileiro pré-64. Passemos agora ao corpo de entrevistados.

Lysaneas Maciel (1926-1999) iniciou a carreira política em decorrência de sua participação em comissões internacionais de direitos humanos, como membro da Igreja Presbiteriana. Foi eleito deputado federal em 1970 e reeleito em 1974, mas foi cassado em 1976. Anistiado em 1979, ingressou no PT, foi candidato ao governo do Estado do Rio de Janeiro em 1982, mas foi derrotado.

Heloneida Studart, jornalista, dirigente sindical e militante do PCB, engajou-se na luta pela criação do Centro da Mulher Brasileira, onde teve atuação destacada. Sua carreira parlamentar iniciou-se em 1978, quando foi eleita deputada estadual pelo MDB. Em seguida engajou-se na luta pela anistia. Foi derrotada ao tentar se reeleger em 1982.

Iramaya Benjamin, nascida em 1923, química, funcionária pública e mãe de família, passou a militar politicamente após a prisão dos filhos, que ingressaram na luta armada nos anos 70 e foram ambos presos e banidos do país. Foi uma das fundadoras e presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Em 1982 foi candidata a deputada federal pelo PT, mas não conseguiu se eleger.

Modesto da Silveira, nascido em 1927, foi militante do PCB e advogado de presos políticos. Em 1978, candidatou-se pela primeira vez a deputado federal pelo MDB e foi eleito. Destacou-se em sua atuação parlamentar pela defesa dos direitos humanos, a denúncia de torturas e o combate à ditadura. Com o pluripartidarismo, manteve-se no PMDB, candidatou-se à reeleição em 1982 e foi derrotado.

Raymundo de Oliveira, professor universitário. Em 1978 foi candidato a deputado estadual pelo MDB e conquistou seu primeiro mandato. Com a volta do pluripartidarismo, defendeu a manutenção de uma frente de esquerda sob a égide do PMDB. Tentou, sem sucesso, a reeleição em 1982.

Arlindenor Pedro de Souza, nascido em 1947, não fez carreira parlamentar. Desde cedo ingressou na militância política. Como militante de organizações clandestinas, estabeleceu conexões com a vida partidária legal ingressando no MDB em 1975.

Francisco Amaral iniciou sua militância ligado ao PCB, atuando no movimento comunitário da Baixada Fluminense (região que compreende municípios do Grande Rio, como Nova Iguaçu e São João do Meriti). Ingressou no MDB em 1970 e em 1974 e 1978 elegeu-se deputado estadual. Exerceu importante papel na conexão entre lideranças de esquerda do MDB carioca e lideranças comunitárias de Nova Iguaçu. Em 1982 foi derrotado como candidato a deputado federal pelo PMDB.

Temos aí, portanto, cinco homens e duas mulheres; cinco parlamentares que exerceram mandatos (*Lysaneas*, *Heloneida*, *Modesto*, *Raymundo* e *Francisco Amaral*); uma líder destacada do movimento pela anistia (*Iramaya*); um elemento de articulação entre as organizações clandestinas e o MDB (*Arlindenor*).

A afirmação dessas lideranças foi resultado de um vazio político, sentido em todo o país, mas especialmente no Rio de Janeiro, pelas cassações e o exílio dos principais líderes de esquerda atuantes no período pré-64. Ainda que suas trajetórias fossem distintas, alguns pontos comuns as aproximavam: um passado de militância política em organizações de esquerda, a opção de não se envolver diretamente com a luta armada e a crença de que a melhor estratégia na luta pela redemocratização, naquele momento, era atuar em espaços legais, como o Parlamento ou os movimentos sociais não-clandestinos. Nos seus respectivos espaços de luta política, todos esses atores direcionaram suas forças para a defesa da liberdade, o combate à censura e a denúncia de torturas e de violações dos direitos humanos. Nenhum deles possuía, no entanto, uma experiência partidária-eleitoral prévia consistente. Mesmo aqueles que já militavam no PCB, faziam isso na clandestinidade e não tinham uma prática como profissionais de política partidária legal.

Os avanços da redemocratização, com a anistia e a volta dos exilados, a reformulação do sistema partidário e o retorno de eleições diretas para os governos dos estados, inauguraram um novo momento histórico e obrigaram esses atores a refazer suas estratégias. Até o fim dos anos 70, os opositores do regime militar atuavam nos quadros do bipartidarismo e tinham um alvo comum – o combate ao regime; no novo quadro, abriu-se um leque amplo de opções partidárias. As oposições, naquele momento, se dividiram e seguiram caminhos diferentes, além de contar com novos atores, em função do retorno dos exilados.

No Estado do Rio de Janeiro, as eleições de 1982 trouxeram a derrota para aqueles que tinham permanecido no país. Aqueles que haviam sido afastados pelo regime militar vieram disputar os votos da esquerda e saíram vitoriosos. Era como se as antigas palavras de ordem se tivessem tornado anacrônicas. Tratava-se agora de elaborar novos projetos, mais específicos e voltados para as novas demandas de uma sociedade que saía da ditadura. E muitos daqueles que contribuíram para que isso acontecesse não puderam cumprir esse novo papel.

MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E ESQUECIMENTO

A análise dos depoimentos colhidos destaca dois momentos fundamentais na trajetória dos entrevistados – as eleições de 1978 e o movimento pela anistia, e as eleições de 1982. O primeiro foi vivido como um momento de

vitória, enquanto o segundo significou uma dura experiência de derrota. Contraditoriamente, a Idade de Ouro da militância contra a ditadura, para os depoentes, está situada na vigência do regime militar. Foi nessa fase que vivenciaram os momentos mais dramáticos, mas também os mais gloriosos, de enfrentamento dos órgãos de repressão, de defesa das populações carentes e de total sintonia com suas bases.

Heloneida Studart, candidata a deputada estadual em 1978, relata como foi sua campanha:

Montaram [a campanha] para mim. A única coisa que fiz foi ir aos lugares, acompanhada de uma pequena equipe, e falar. Os comícios nas favelas foram extremamente emocionantes (Ferreira, Rocha e Freire, 2001:75).

Já eleita, sua atuação como deputada, em defesa das grandes causas, é assim descrita:

Eu me lembro que esse mandato girou muito em torno da luta agitada, da luta pela anistia, pela redemocratização. (...) O grande tema era a questão da democracia, das liberdades, da volta do estado de direito.

Modesto da Silveira, eleito deputado federal na mesma ocasião, declara que seu mandato estava a serviço da “luta pelo fim da tortura, pela anistia, pelos direitos humanos em geral e pela reconquista da democracia” (*Idem*, pp.119-120).

Iramaya Benjamin relembra com orgulho a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia: “A campanha pela anistia começou a tomar vulto. Porque nós do Comitê não éramos fáceis, saíamos para as ruas. Fizemos aqueles plásticos com os dizeres *Anistia Ampla, Geral e Irrestrita* e ficamos nos cruzamentos dando para as pessoas botarem nos carros” (*Idem*, p. 143). Os resultados dessa luta também merecem destaque: “A volta [dos exilados] foi uma alegria! Eles avisavam que iam chegar no dia tal, vôo tal, nós íamos para o aeroporto, com medo que a repressão os pegasse, e fazíamos aquela arruaça, com bumbo, matraca, faixas e bandeiras. Até que a lei foi aprovada.”

Raymundo de Oliveira assim descreve sua atuação como deputado estadual: “O que eu quero dizer é o seguinte: eu não era um deputado estadual, era um político nacional. Tratava de temas nacionais: luta pela democracia, Constituinte, defesa de Cuba... A campanha da anistia nos mobilizou a todos. A anistia não atingia os que tinham ‘crime de sangue’, e nós estávamos tentando ampliá-la para soltar todos os companheiros que estavam presos.”

Esses relatos permitem captar o entusiasmo e as esperanças implícitas nas ações desses militantes. No entanto, um clima diferente emerge dos de-

poimentos relacionados com o segundo momento mencionado. As memórias das eleições de 1982, ao descrever o desencontro entre os depoentes e suas bases eleitorais, expressam um certo desalento. É preciso ver que não foi só a presença dos ex-exilados que motivou esse desencontro. As contradições do próprio PMDB, herdeiro do MDB, também pesaram: até pouco tempo antes, a ala esquerda do partido combatia a ala mais conservadora, acusada de conivência com o regime. E foram justamente os conservadores que indicaram, naquele momento, o candidato do PMDB ao governo do Estado do Rio de Janeiro.

Avaliando as perspectivas eleitorais de 1982, Raymundo de Oliveira declara:

A ditadura, diante daquele movimento todo, do MDB crescendo, optou por acabar com os dois partidos, porque eleição com MDB e Arena tinha virado plebiscito, e era fácil ver o resultado: a Arena caindo e o MDB crescendo. Quando a ditadura optou por fechar os partidos, defendi que todos nós continuássemos juntos no sucessor do MDB, que era o PMDB (*Idem*, p. 177).

O depoimento de Arlindenor Pedro de Souza expressa com clareza o significado das eleições de 1982 para os militantes da esquerda do MDB, que não só se viram diante de novos partidos de esquerda, como foram constrangidos a defender um candidato ao governo do estado que haviam combatido no passado:

Foi a pior experiência que eu tive na minha vida. Até então nós éramos os donos da rua no Rio de Janeiro, não havia ninguém que disputasse conosco. E aí surgiu um tipo de pessoa, um povo que eu nunca tinha visto na minha vida. (...) A eleição do candidato do PDT foi uma eleição eminentemente popular. Apareciam carros dele com cédulas, e as pessoas avançavam para pegar aquelas cédulas. Foi uma coisa que varreu o Rio de Janeiro, a partir daquele debate na televisão, e nós ficamos completamente despreparados, atônitos, porque passamos a ser agredidos com a pecha que atribuíamos anteriormente aos conservadores do MDB: “Ladrão! Corrupto!” “Mas, pô, e o meu passado?!” “Que passado, rapaz! Não tem nada de passado!” Foi uma verdadeira lavagem, a que fomos submetidos, e não elegemos ninguém (*Idem*, p. 220).

O depoimento de Iramaya Benjamin sobre as eleições de 1982 expressa a mesma surpresa desalentada:

Entrei para o PT e em 82 fui candidata a deputada federal. O pessoal achou que como o movimento de anistia tinha se espalhado (...) eu poderia ser eleita, mas qual! Não fui eleita, não (*Idem*, p. 152).

As palavras de Francisco Amaral acerca das eleições de 1982 expressam o mesmo sentimento de afastamento do eleitorado em relação aos candidatos de esquerda do PMDB:

Os motoristas de praça de Mesquita, a grande maioria votava comigo. (...) Passa-se um tempo, e eu volto lá como o candidato da ala conservadora do PMDB! Eles se reuniram e me chamaram: 'Escuta aqui, Amaral. Desta vez nós não vamos votar em você não' (*Idem*, p. 260).

Relembrando a eleição de 1982, Modesto da Silveira relata:

Foi uma campanha muito difícil, porque, primeiro, tinha havido o fracionamento. (...) Embora nós tivéssemos o apoio ou o respeito sistemático da esquerda, era uma esquerda fracionada. Isso dificultou muito. Era preciso também ter dinheiro, e nós não tínhamos recursos para a campanha. Quase todos que havíamos ganho em 78 perdemos em 82 (*Idem*, p. 124).

Nos relatos apresentados, a explicação para o não reconhecimento por parte do eleitorado na nova conjuntura, para o esquecimento das lutas travadas contra o regime militar, liga-se à manipulação dos meios de comunicação e à falta de recursos materiais para bancar as campanhas eleitorais. Todos ainda acreditam que a melhor opção para levar a bom termo a luta contra a ditadura teria sido manter uma frente ampla que garantisse a união das oposições. A expectativa de que os líderes exilados, ao regressar ao país, em vez de criar novos partidos, se engajassem no PMDB, que até então conduzira as lutas pela redemocratização, não se concretizou. É visível o desapontamento dos depoentes frente ao curso dos acontecimentos a partir da instalação do pluripartidarismo e do engajamento das lideranças de esquerda na formação de novos partidos, levando à tão temida fragmentação das oposições.

A crença de que o passado de lutas seria um passaporte para assegurar a reeleição nos pleitos a serem realizados também se desvaneceu. As lideranças recém-chegadas do exílio deslocaram para o segundo plano aqueles que tinham ficado no país e lutado em casa contra a ditadura.

"UMA HERANÇA SEM TESTAMENTO"

Passados 20 anos, reconhecer e aceitar a nova realidade que se instalou na virada dos anos 1970 e elaborar os equívocos das avaliações feitas naquele momento apresenta-se como algo bastante difícil. Nas narrativas apresentadas não se percebe uma visão crítica das opções feitas no passado. Ainda que com diferenças de um depoimento para outro, o caminho seguido em 1982 ainda é visto como o mais correto, mesmo que tenha custado o sacrifício pessoal de militantes que assistiram à vitória de suas bandeiras, mas perderam seu lugar. A participação desse grupo pode ser pensada na perspectiva

apresentada por Hannah Arendt em seu texto “Entre o passado e o futuro”. Para analisar o destino, após a vitória, dos intelectuais engajados na Resistência que lutou pela libertação da França, durante a Segunda Guerra, a autora trabalha com a noção de “tesouro perdido”. Esse tesouro consistiria na experiência compartilhada de um engajamento que permitirá àqueles intelectuais uma vivência de liberdade e iniciativa. A vitória dissolveu o elo que os unia para lutar contra o inimigo comum.

Com o fim da guerra, as novas circunstâncias existentes os conduziram a uma vida pública, que os dividiu e os colocou em campos antagônicos e, por fim, os empurrou às suas vidas comuns. O desaparecimento do tesouro é consumado pelo esquecimento que atinge os atores e as testemunhas daquele momento especial.

Situação semelhante aconteceu com os atores políticos que retratamos neste trabalho. Com o fim da ditadura militar no Brasil, o projeto comum que os unia deixou de ter o mesmo significado e eles perderam “o seu tesouro”. A nova conjuntura política exigia diferentes *performances* e colocava novos desafios. A experiência do engajamento político que tinham partilhado nos anos anteriores, em prol da luta pela liberdade, contra o arbítrio, perdeu o seu sentido e todos viram-se levados a retornar às suas vidas comuns e a seus assuntos pessoais.

Deslocando a discussão para uma esfera mais ampla, a da memória coletiva sobre as lutas de esquerda em geral, contra o regime militar, o papel dessas lideranças no processo de redemocratização também é esquecido ou minimizado. É como se a derrota eleitoral em 1982 tivesse apagado as lutas anteriores. O grande patrimônio conquistado pelos grupos oposicionistas que permaneceram no país e não se engajaram na luta armada nem sempre é reconhecido em toda a sua extensão e profundidade. Os louros da vitória pela conquista das liberdades democráticas são até hoje objeto de uma disputa de memórias.

O próprio regime militar se auto-atribui o papel de principal artífice da abertura política, que seria, nessa ótica, uma concessão do sistema. As oposições que passaram pelo exílio não atribuem formalmente a si próprias o papel principal, mas silenciam sobre o daqueles que ficaram no país e concentraram suas lutas nos espaços institucionais. O capital político acumulado por estes últimos nos anos de ditadura foi dissolvido ou absorvido por outros. Sua crença em que seu papel de “guardiães da democracia” seria reconhecido no futuro, e sua opção pela manutenção de uma frente de esquerda para vencer as últimas batalhas contra a ditadura, afinal de contas, os impediram de se preparar para os novos tempos.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Maria Paula N. *A utopia fragmentada. As novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- ARENDRT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.
- BÉDARIDA, François. (1993) Temps présent et présence de l'histoire. In: INSTITUT d' Histoire du Temps Présent. *Écrire l'histoire du temps présent*. Paris: CNRS Editions.
- Brasil: nunca mais – um relato para a história*. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. 2ª edição revista e atualizada, coord. Alzira de Abreu, Israel Beloch, Fernando Lattman-Weltman e Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora e FREIRE, Américo (Orgs.). *Vozes da Oposição*. Rio de Janeiro: Graffline Artes Gráficas e Editora Ltda., 2001.
- PORTELLI, Alessandro. Historia y Memoria: La muerte de Luigi Trastulli. In: Nº 1 – História Oral. Historia y Fuente Oral, nº 1-2. Publicacions Universitat de Barcelona, 1989, pp. 5-33.